

## METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA: ANÁLISE DO DISCURSO - CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Termisia Luiza Rocha<sup>1</sup>  
Gilson Pequeno da Silva<sup>2</sup>  
Guilherme Saramago de Oliveira<sup>3</sup>

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

### **Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo, definir e caracterizar alguns aspectos fundamentais da Análise do Discurso, pautadas na vertente francesa. Inicialmente, são apresentados determinados conceitos e definições básicas para, posteriormente, tratá-la como alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em Educação.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Metodologia de Pesquisa. Pesquisa Qualitativa.

### **Abstract:**

This article aims to define and characterize some fundamental aspects of Discourse Analysis, based on the French aspect. Initially, certain concepts and basic definitions are presented to, later, treat it as a methodological alternative for qualitative research in Education.

**Keywords:** Speech analysis. Research Methodology. Qualitative Research.

### **1. Análise do discurso: ideias iniciais**

A Análise do Discurso, doravante chamada de AD, desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil, é um desdobramento da matriz francesa desta disciplina, que tem como autor fundamental o filósofo francês Michel Pêcheux, pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris), que à época da proposição da teoria, vivia na França de 1969 o apogeu do estruturalismo (em linhas gerais, é uma corrente de pensamento que busca identificar as estruturas que sustentam todas as coisas. De acordo com a teoria, os fenômenos da vida podem ser identificados através de suas inter-relações. Ou seja,

---

<sup>1</sup> Doutoranda. Universidade Federal de Uberlândia. Professora da UNIFUCAMP, Monte Carmelo-MG.

<sup>2</sup> Doutorando. Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Rede Pública de Mato Grosso.

<sup>3</sup> Doutor. Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

ROCHA, T. L.; SILVA, G. P. ; OLIVEIRA, G. S.

através da análise de partes, avalia-se um todo). Neste mesmo ano foi feita a publicação de sua obra *Análise Automática do Discurso*.

Não há como pensar a AD sem que se tenha conhecimento dos elementos que a constitui. Diversos estudiosos atuam na vertente francesa, e esta é marcada por uma face ideológica (Althusser) e uma discursiva (Foucault). Sobre o peso desses dois autores renomados que Pêcheux elaborou seus conceitos.

Althusser (2001) ampliou a noção do materialismo, apresentando a ideia de conflito social a partir do parâmetro da ideologia materializada em diversas instituições e práticas sociais e afirmou que “[...] o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição social (...) é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto” (ALTHUSSER, 2001, p. 08). A relação de Althusser com a AD está na ideia de que a linguagem consiste, também, numa materialidade da ideologia e que nela podemos identificar traços ideológicos do sujeito.

A saber mais sobre o surgimento desta teoria, Brasil (2011) informa que a mesma emerge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade.

Nestes termos a linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. É pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável. “O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma” (BRASIL, 2011, p. 172).

O que a AD procura dar a conhecer é o caráter histórico da linguagem, visto que esse campo de estudo é de ruptura, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. A vertente francesa se constitui como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos. Segundo Mariani (1998), Michel Pêcheux, propõem articular as três regiões do saber:

[...] o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a linguística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três regiões, ainda de acordo com Pêcheux, são atravessadas e articuladas por uma

teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (MARIANI, 1998, p. 23).

Não deixando de lado que todos esses elementos estão permeados por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente. Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas.

Neste ponto de vista, a AD jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Nessa ótica *pêcheuxtiana*, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que é preciso considerar a opacidade da materialidade aí presente, que o sujeito não é estratégico e a origem do dizer (BRASIL, 2011).

A vertente francesa desta metodologia, oferece instrumentos teóricos e metodológicos que permitem ao analista incorporar as condições históricas e ideológicas em que o discurso foi produzido e, assim, experimentar gestos interpretativos e construções de sentido. Dito de outro modo, é possível ir além do conteúdo literal de um texto/discurso, percebendo como ele produz e veicula sentidos, evitando reduzi-lo a algo evidente, naturalizado, hermético. Pêcheux define o discurso como sendo uma forma de materialização ideológica, “[...] onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade” (PÊCHEUX, 1990, p.82).

Segundo Maingueneau (2005, p.15) discurso é “[...] uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Para esse autor, o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico.

Acerca do conceito de enunciado, este não se restringe ao de signo linguístico, pois língua e enunciado não estão no mesmo patamar de existência. Nesse sentido, Courtine (1999, p. 16), salienta que ao tratar do discurso não se está tratando da língua, ou seja, “[...] de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, [...] mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável”. Um enunciado pode ser além de palavras ou frases, símbolos, imagens, gráficos, Cadernos da Fucamp, v.21, n.53, p.215-225 /2022

organogramas, desenhos, etc. É como “[...] um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo no discurso” (FOUCAULT, 1995, p.90).

Com a metodologia de pesquisa da AD, o corpus a qual se pretende analisar pode ser estudado por mais de um viés. Neste sentido é que se faz necessária uma explanação acerca das principais categorias de análise, a começar pelos efeitos de sentido. Orlandi (2008), defende a ideia do discurso como uma produção de sentidos dentro de um determinado contexto social, histórico e em certas condições de produção.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua, discurso e ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 1999, p. 17).

Ademais, para a autora, o que caracteriza o discurso é o modo como ele funciona. Mais especificamente, o funcionamento de um discurso é “[...] a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado com finalidades específicas” (Orlandi, 2009, p.197). Dessa forma, podemos dizer que o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados.

O discurso é determinado pela formação discursiva, ou seja, “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2009, p. 42-43).

Logo, Orlandi (1999), define discurso como uma elocução em fluxo. A AD, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 1999, p. 15).

Enfatiza-se, portanto que a apreensão do sentido da linguagem ultrapassa a esfera textual, assim, entender e interpretar o discurso pressupõe um estudo que contemple questões referentes aos aspectos sociais, políticos, históricos e ideológicos

de quem o emite. Foucault (2008) aborda a necessidade de se ver no discurso algo além de seus signos e códigos textuais, para tanto o autor argumenta que é preciso:

[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Orlandi (1999) explica que constantemente temos a ilusão de que nossas palavras são originais, quando na verdade esquecemos involuntariamente que estamos sempre esquecendo o que já foi dito. Por isso, quando repetimos as palavras, ou seja, retomamos palavras já existentes, elas adquirem novamente sentido e nos dão a ilusão de originalidade. O que não podemos esquecer, de fato, é a condição primeira da linguagem: a de ser sempre uma incompletude.

Nem os sujeitos, nem os discursos e nem os sentidos estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo num movimento constante do simbólico e da história. Estes sentidos inacabados resultam das relações de força (poder) nas quais estamos inseridos. A construção de sentido se dá a partir do lugar no qual a fala do sujeito é constituída. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, essas relações de força são sustentadas pelo poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação.

## **2. Formação discursiva**

Para abordar o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, Orlandi (2003) introduz uma noção que considera básica na AD – a de formação discursiva. Se as palavras não têm um sentido em si mesmas, é porque derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

A questão do sentido é fundamental para a AD, pois a linguagem é linguagem porque faz sentido, e a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2003, Cadernos da Fucamp, v.21, n.53, p.215-225 /2022

p. 32). Assim, a AD rompe com a concepção de sentido como projeto de autor, rompe com a idéia de um sentido originário a ser descoberto.

A autora explica que mesmo sem a intenção consciente, o que falamos é afetado pela língua e pela história, pois os sentidos não estão somente nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem unicamente das intenções dos sujeitos. Para a AD, a linguagem está materializada na ideologia e a ideologia se manifesta na língua, pois não há discurso sem sujeito, sujeito sem ideologia, nem sujeitos e sentidos estão completos. O discurso é o lugar possível no qual se observa esta relação entre língua e ideologia. Ao mesmo tempo, a AD tenta entender como os objetos simbólicos produzem sentidos, isto é, como eles estão in vestidos de significância para e por sujeitos.

Segundo Orlandi (2003), explorar de maneira diferente a relação de sentido construída através do simbólico tem sido a grande contribuição da AD. A ideologia não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade, mas como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Por outro lado, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos.

Sousa (2021) indica que o mundo não é diretamente apreensível quando se trata de significação, pois o vivido dos sujeitos é constituído pela ideologia. Nosso imaginário, não surge do nada, mas sim do modo como às relações sociais se inscrevem e são regidas na história por relações de poder. A AD então encontra sua função ao atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades, para então tentar explicar o modo como os sentidos estão sendo produzidos e para, enfim, ajudar os falantes a compreender melhor o que está sendo dito.

A autora também distingue inteligibilidade, interpretação e compreensão. A inteligibilidade dá sentido à língua. A interpretação é o sentido, pensando-se o co-texto e o contexto imediato. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, pintura etc.) produz sentido. A compreensão procura explicitar os processos de significação presentes no texto, compreendendo como os sentidos se constituem. Enfim, não há sentido sem interpretação, e não há interpretação sem a presença da ideologia que é a condição básica para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.

No que diz respeito à interpretação, uma parte é de responsabilidade do analista e a outra deriva, segundo os preceitos da AD, da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da AD. Ao tratar da interpretação como dispositivo de análise, a

autora considera que existem dois momentos dessa análise. No primeiro, a interpretação faz parte do objeto da análise e, no segundo, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação – o próprio analista está envolvido na interpretação. A partir de diversos conceitos que podem ser mobilizados pelo analista, é possível fazer distintos recortes conceituais.

### **3. Conceitos**

A seguir trataremos de alguns conceitos concernentes à AD, reiterando que a mesma não mais embasa os estudos linguísticos no nível da frase, ou sentença isolada; agora; os estudos linguísticos estão no nível do discurso ou do texto. Por isso, mostraremos em consonância com Orlandi (1999), a seguir, alguns conceitos referentes a esta área tão relevante para o estudo da linguagem humana, ou seja, conceituações referentes aos estudos ligados ao campo do discurso, são eles:

- a) Assujeitamento Ideológico: consiste em fazer com que cada indivíduo, inconscientemente, seja levado a ocupar seu lugar na sociedade, identificando, assim, com grupos ou classes sociais.
- b) Autor: função social do sujeito que pode e deve ser definido pela escola, atravessado pela exterioridade e pelas exigências de coerência, não - contradição, etc.
- c) Condições de Produção: instância verbal da produção do discurso, determinadas pelo contexto sócio-histórico-ideológico, os interlocutores, o lugar de onde falam à imagem que fazem de si e do outro e do referente.
- d) Diálogo: em sentido estrito, comunicação verbal entre duas pessoas, sentido amplo, como quer Bakhtin (1997), é toda comunicação verbal qualquer, forma de interação. Compreende, assim, estritamente, um enunciado, um enunciador e um enunciatário.
- e) Enunciação: emissão de um conjunto de enunciados que é produto da interação verbal de indivíduos socialmente organizados. A enunciação se dá no aqui e agora sem jamais se repetir, marca-se, exclusivamente, embora não somente, pela singularidade.
- f) Enunciador: é o produtor do enunciado, isto é, o ponto de vista do locutor dependendo da posição social que ocupa.
- g) Formação Discursiva: é o que pode e deve ser dito a partir de um lugar sócio historicamente determinado e atravessado por uma formação ideológica. Num mesmo texto podem aparecer formações discursivas diferentes, cuja consequência imediata são as variações de sentido.

ROCHA, T. L.; SILVA, G. P. ; OLIVEIRA, G. S.

h) Formação Social: é o lugar onde se estabelecem as relações entre as classes sociais historicamente definidas, mantendo entre si relações de aliança, antagonismo ou dominação.

i) Interdiscursividade: relação de um discurso com outros discursos.

j) Interlocução: processo de interação entre os indivíduos os quais podem usar tanto a linguagem verbal, quanto a não-verbal.

k) Intertexto: relação de um texto com outros textos.

l) Língua: sob uma perspectiva discursiva, seria a realização concreta da fala, resultante de uma relação não-excludente, ou seja, porque não há língua sem fala, e nem fala sem língua, uma depende da outra para existir, a saber; a língua está para a fala, assim como a fala está para a língua.

m) Linguagem: sob uma perspectiva do discurso, seria fruto da interação entre sujeitos socialmente, historicamente e ideologicamente constituídos.

n) Locutor: função enunciativa que o sujeito falante exerce.

o) Polifonia: conceito criado de acordo com Orlandi (2001), inicialmente, por Bakhtin que o aplicou à literatura, retomado, posteriormente, por Ducrot que lhe deu um tratamento linguístico, ou melhor, refere-se ao fato de que todo discurso está construído pelo discurso do outro, toda fala atravessada pela fala do outro.

p) Pré-construído: todo discurso pressupõe outro discurso que lhe é anterior.

q) Regras de formação: regras constitutivas de uma formação discursiva, conceitos e diversas estratégias capazes de explicitar, descrever uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

r) Sentido: está intrinsecamente ligado com a formação discursiva da qual participa, produzido no processo de interlocução e atravessado pelas condições de produção (contexto sócio-histórico-ideológico) do discurso.

s) Sujeito: sobre uma perspectiva discursiva, deixa de assumir uma noção idealista, imanente, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente e interpelado pela ideologia, ou seja, não há ideologia sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Por isso, o sujeito não é a fonte, a origem dos sentidos, porque à sua fala atravessam outras falas, outras vozes, enfim; outros dizeres e por que não dizer até outros não-dizeres.

t) Forma sujeito: conceito criado por Pêcheux para indicar que o sujeito é afetado pela ideologia.

u) Superfície discursiva: constituída por um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.

v) Texto: unidade complexa constituída de regularidades e irregularidades cuja análise implica suas condições de produção (contexto sócio-histórico-ideológico, situação, interlocução), conforme Orlandi de natureza intervalar, já que como objeto teórico não apresenta uma unidade completa em si mesma, pois o sentido do texto se constrói no espaço discursivo dos interlocutores. E como objeto empírico de análise, pode ser considerado algo acabado, pronto com começo, meio e fim.

w) Tipos de esquecimento: segundo Michel Pêcheux (1975), em sua obra intitulada por “Semântica e Discurso”, traduzida por Orlandi e outros, podemos distinguir duas formas de esquecimento: Esquecimento 1 – também chamado de esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente, resultante do modo pelo qual a ideologia nos afeta. O Esquecimento 2 – é da ordem da enunciação, já que ao falarmos dizemos de uma maneira e não de outra, estabelecemos, assim, verdadeiras relações parafrásticas as quais indicam que os dizeres sempre podem ser outros.

#### **4. A AD e a pesquisa qualitativa em Educação**

A princípio, anunciamos o entendimento de que a “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Dito isso, o enlaçamento da mesma em pesquisas no campo da Educação, nos parece conveniente e profícuo.

Por sua vez a AD constitui-se como um método de pesquisa qualitativa que usando em imersões nos estudos educacionais, permite a observação das inter-relações dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico e ainda as decorrências de ações interpretativas que instituem os discursos que ali circundam (ORLANDI, 2009).

Neste caso, ela viabiliza pesquisas consistentes. Por outro lado, vemos uma grande contribuição da AD para a linguística e para pesquisas qualitativas em Educação, permitindo uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2003, p. 9), uma vez que ela possibilita: problematizar as maneiras de ler, por levar o sujeito falante ou o leitor a se indagar sobre o que produz e o que ouve; levar o indivíduo a perceber que não pode não estar sujeito à linguagem, a seus equívocos, a sua

opacidade; mostrar que não há neutralidade; e saber que a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político.

É relevante que o analista saiba que “[...] não é uma pessoa neutra. Nunca” (MAZIÈRE, 2007, p. 23). Ele tem a responsabilidade de entender e, dessa maneira, “[...] assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p. 23).

O analista deve posicionar-se e reconhecer-se no tempo e espaço como um sujeito também assujeitado, para, dessa forma, justificar sua análise e dar consistência a suas afirmações. Cabe ao analista considerar as condições de produção às quais o interlocutor está assujeitado ideologicamente e estabelecer uma relação do discurso com o texto.

Pesquisas qualitativas com AD no campo educacional podem dar conta de contextos, muitas vezes atravessados por políticas de silêncio ou silenciamento (ORLANDI, 1997) que, não apenas proíbem certos sentidos de circularem socialmente nas instituições escolares, como também impem o corpus docentes de constituírem redes, ramificações e filiações históricas de palavras de resistência.

Todavia, urge dizer que um discurso, sempre, indica algo, todavia, não é nele que se encontram todos os sentidos e/ou significados, apenas apresenta indicações, mas não todas. Está composto com índices de aparência e de índices a serem analisados dentro de um conjunto de evidências que acabam por mesclarem-se, confundirem-se, criando e recriando as margens dos sujeitos, dos próprios discursos e dos contextos. Porém é importante frisar que o discurso não é o sujeito, muito menos a verdade, é o que se apresenta como sentido e significado.

Em pesquisas, analisar o discurso não deve ser extraí-lo do contexto em que foi produzido, como se fosse um apêndice. Faz-se necessário analisá-lo no contexto, como produzido, relacionado e dependente deste. Assim, por exemplo, no caso dos discursos dos professores, cabe entender as relações sociais que engendram a seleção de vocabulário, os modos de dizer, as alterações no tom de voz, os silêncios etc.

E essas relações sociais, como totalidade, levam os pesquisadores para o interior da escola ou do local de trabalho dos professores, para o bairro onde se insere esse local, para o social ampliado, a fim de que se possa interpretar os discursos e o contexto de sua produção que está na base dos sentidos.

A AD é, dessa maneira, uma espiral se formando, cujas dobras se vão intercambiando e demandando sentidos para emergir, de modo que possa dar um sentido ao discurso inicial.

## 5. Finalizando

Cumprir dizer que o movimento interpretativo em AD é realizado pelo analista de discurso, não com o desejo de desvelar o que está oculto, mas de entender as forças atuantes e compreender como as diferentes formações discursivas se conectam, produzem e produzem novos significados. Neste gesto interpretativo, se caracteriza a ideologia, na produção de sentidos, nos questionamentos, na desnaturalização dos discursos.

Por conseguinte, mediante as potencialidades apresentadas neste trabalho e, ponderadas as limitações, é válido salientar que a metodologia tratada no presente trabalho pode ser aplicada à análise de quaisquer discursos, especialmente os pedagógicos (políticos, curriculares, acadêmicos, etc.). Especialmente no contexto pós-pandêmico, com tamanhos desafios à instituição e aos seus atores, afinal, os sujeitos tem muito a dizer sobre as realidades hodiernas.

Reitera-se que se acredita que os sujeitos interlocutores da pesquisa em Educação e seus discursos são sínteses de múltiplas determinações e estas necessitam ser investigadas no contexto em que são produzidas de modo dialético não somente para que se possam compreender os fenômenos, mas para que de modo prático se possa transformá-los. Captar o funcionamento do discurso pode nos dizer algo do não visível em falas individuais atravessadas. Esse pode ser um encaminhamento para este estudo a ser sistematizado em produções futuras.

## Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.

BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, Catalão, GO, v.15, n.1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/lep/article/download/32465/17293/136767>, acesso em 13/07/2022.

ROCHA, T. L.; SILVA, G. P. ; OLIVEIRA, G. S.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Loyola, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>, acesso em 02/07/2022.

MARIANI, B. O PCB e a imprensa; o imaginário sobre os comunistas nos jornais. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/download/8640706/8250/11475>, acesso em 13/07/2022.

MAZIÈRE, F. **Análise do discurso: história e práticas**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, J. J. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: Edufscar, 2009. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/organon/article/download/28682/17365>, acesso em 03/07/2022.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2003. Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. Disponível em: [http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf) acesso em 03/07/2022.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Unicamp, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823> acesso em 13/07/2022.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SOUSA, L. M. A. **Às voltas da e com a resistência**: contradição e alteridade. **Revista Linguagem**, São Carlos, SP, v. 37, p. 129-140, janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/download/860/492>, acesso em 19/07/2022.